



24V
/

1ª Comissão Permanente

Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos

e

8ª Comissão Permanente

Comissão de Mobilidade e Segurança

Parecer Conjunto

Relativo à **Proposta n.º 607/2016** " Aprovar o aumento do Capital Social e a consequente alteração dos Estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M, S.A, e mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os votar favoravelmente, bem como submeter a presente proposta de alteração estatutária à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa ".



I. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 607/2016, adiante designada por Proposta, subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva, titular do pelouro das Finanças, Património e Recursos Humanos e pelo Vereador Manuel Salgado titular dos pelouros do Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Património e Obras Municipais, aprovada por maioria na Câmara Municipal de Lisboa em reunião realizada a 27 de Outubro de 2016¹, submete-se a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a alteração estatutária da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., nos termos das alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 22-A da lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Tendo a proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arq.ª Helena Roseta para a 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e para a 8ª Comissão Permanente de Segurança e Mobilidade, a fim de ser apreciada e emitido o respectivo parecer até ao dia 21 de Novembro, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013/2017².

II. CONSIDERANDOS

2.1 Enquadramento

A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., doravante designada apenas por EMEL, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, constituída pelo município de Lisboa com o objectivo de intervir na gestão e operação do estacionamento, sistema de apoio à mobilidade urbana e serviços associados, nomeadamente a construção e operação de infra-estruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade eléctrica e produtos partilhados de mobilidade.

Nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto que estabeleceu o Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, a EMEL constitui-se como uma pessoa colectiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, gozando de personalidade jurídica e sendo dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pela lei comercial, pelos respectivos estatutos e subsidiariamente pelo regime do sector empresarial do Estado.

¹ 9 votos favoráveis (7 PS e 2 Ind.) e 6 votos contra (3 PPD/PSD, 1 CDS/PP e 2 PCP).

² Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1048, de 20 de Março de 2014, com as alterações introduzidas em 21 de julho de 2015 e em 19 de julho de 2016. Daqui em diante denominado apenas por Regimento.

DPV)
w

Ao longo da sua existência, a EMEL tem vindo a operar a fiscalização do estacionamento em zonas delimitadas da cidade de Lisboa que lhe eram definidas casuisticamente pela Câmara Municipal de Lisboa, tendo em exploração até ao final de 2015, cerca de 52 mil lugares de estacionamento na via pública a que acrescem aproximadamente 4400 lugares em parques de estacionamento.

Através da Deliberação n.º 236/AML/2016 ³ da Assembleia Municipal de Lisboa, a área de intervenção da EMEL foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa por forma a responder aos desafios crescentes, não só no que se refere às políticas de estacionamento mas no que dizia também respeito à mobilidade integrada na cidade de Lisboa.

O Plano de Actividades e Orçamento da EMEL para 2017, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, estabeleceu como objectivos gerais o reforço das ofertas de estacionamento, a promoção da mobilidade suave e partilhada e a utilização do transporte público, prevendo um significativo aumento do ritmo de expansão da empresa, o qual passará de 2.500 novos lugares/ano para cerca de 20 mil lugares/ano, bem como a implementação da operação da zona de acesso automóvel condicionado da Madragoa, já anteriormente prevista mas ainda não implementada, obrigando portanto a um significativo reforço dos meios técnicos, e humanos da EMEL, nomeadamente no que se refere à fiscalização.

A estas acções juntar-se-á ainda nos próximos anos, a implementação da rede de bicicletas partilhadas, aspecto essencial para o funcionamento do sistema integrado de mobilidade suave inclusiva na cidade de Lisboa.

Para fazer face às responsabilidades financeiras decorrentes da ampliação da actividade da empresa que decorre do alargamento da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, obrigando à extensão da sua actividade para zonas marginais da cidade, especialmente vocacionadas para o estacionamento de residentes com baixo índice de lugares de rotação, é agora submetido a apreciação através da Proposta em apreço o aumento do capital social para € 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros), por forma a beneficiar a estrutura de capitais da empresa.

Acresce também a necessidade de preparar a estrutura da empresa face aos novos desafios impostos pelo Município na área da mobilidade pedonal ou mecânica, nomeadamente a disponibilização à cidade de meios de mobilidade suave (escadas rolantes, elevadores e funicular), cuja gestão e manutenção tem vindo a ser atribuída à empresa.

2.2 Análise da Proposta

De acordo com a Proposta o Município de Lisboa detém, por via da obrigação da compensação anual devida pela EMEL à CML, prevista no ponto 4 da deliberação nº 73/AM/94⁴, créditos no montante de €22.862.176,92 (vinte e dois milhões oitocentos e sessenta e dois mil cento e setenta e seis euros e noventa e dois cêntimos), relativos às receitas do estacionamento pago e à actividade de fiscalização exercida pela EMEL no concelho de Lisboa.

³ aprovada em 19 de Julho de 2016.

⁴ posteriormente alterada pela deliberação nº 87/AM/2001 e pela deliberação nº 83/AM/2005 e pela deliberação nº 36/CM/2012 e, por fim, pela deliberação nº 177/CM/2015.

758
Em função dos créditos existentes, entendeu o Município de Lisboa converter uma parte dos mesmos num aumento do capital social da Empresa, fazendo assim face às necessidades anteriormente citadas, promovendo-se a correspondente alteração estatutária.

A Proposta prevê assim um aumento do capital social, concretizado mediante entrada em espécie, composta pela conversão de parte do capital do crédito que a CML detém sobre a EMEL no valor de €18.000.000,00 (dezoito milhões de Euros).

Em anexo à Proposta é apresentado um estudo de racionalidade económica e financeira, onde constam as responsabilidades a assumir nos âmbitos referidos. É também apresentado o relatório do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

O estudo económico e financeiro apresentado, apresenta dois cenários base de análise, com e sem aumento de capital, num período compreendido entre 2012/2021, apresentando a evolução dos respectivos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira para os dois cenários estudados.

Da análise dos cenários apresentados conclui-se que o aumento de capital agora proposto se revela essencial à manutenção de rácios adequados de solvabilidade e de autonomia financeira, face às necessidades de financiamento e aos investimentos previstos pela empresa, no âmbito das políticas de estacionamento e mobilidade estabelecidas pelo accionista único, o Município de Lisboa.

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º dos estatutos da empresa está estabelecido que a Assembleia-Geral da EMEL seja constituída pelo accionista único, o Município de Lisboa, mais prevendo o n.º 2 do mesmo artigo que o representante do Município naquele órgão deliberativo seja designado pela Câmara Municipal de Lisboa, exercendo o mandato expresse que o Município previamente lhe conferir.

Através da Proposta nº 45/CM/2014⁵, o Município de Lisboa faz-se representar na Assembleia Geral da EMEL pelo Vereador Manuel Salgado, competindo à Assembleia-Geral da EMEL, nos termos da alínea g) do artigo 10.º dos Estatutos, deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos e aumentos de capital, após autorização da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea b) do artigo 20.º dos referidos Estatutos.

Através da Proposta em análise foi o representante do Município de Lisboa mandatado para votar favoravelmente nos termos das disposições conjugadas dos artigos 10.º alínea g), e do artigo 20.º n.º 1 alínea b) dos estatutos da EMEL, o aumento do capital social da empresa, no montante de €18.000.000,00 (dezoito milhões de euros), de modo a perfazer um valor total de €32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros) e a consequente alteração ao artigo 21º dos Estatutos, conforme Anexo II da proposta.

Compete à Assembleia Municipal de Lisboa aprovar a presente proposta de alteração estatutária da EMEL, nos termos das alíneas ccc) do nº 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 22-A da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto conforme previsto nos

⁵ aprovada na reunião de Câmara de 19 de Fevereiro de 2014 e publicada no Boletim Municipal nº 1045 (1.º suplemento), de 27 de Fevereiro.

artigos 87.º e seguintes, em conjugação com o artigo 28.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

2.3 Outras diligências

Audição do Vereador João Paulo Saraiva e do representante da EMEL

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva começou por dar nota da política seguida pelo Município de Lisboa relativamente às empresas municipais em geral, sublinhando que a mesma passa em todos os casos pela garantia da sua sustentabilidade e do cumprimento escrupuloso dos rácios de equilíbrio financeiro⁶.

Relativamente à EMEL em concreto, referiu que a recente ampliação da área geográfica e do seu âmbito de actuação, deixando de estar confinada apenas à gestão do estacionamento⁷ por via dos novos objectivos estabelecidos de gestão da mobilidade integrada da cidade, que compreende agora também a mobilidade suave com meios mecânicos alternativos e intervenções ao nível dos “hubs” de transportes, não foi acompanhada pelo correspondente aumento da capacidade financeira necessária.

Referiu também que o Plano de Actividades e Orçamento da empresa responde não só às orientações financeiras e patrimoniais como às orientações sectoriais definidas pelo Pelouro da Mobilidade sob tutela do Vereador Manuel Salgado.

Informou que o aumento do capital social agora proposto visa como tal corporizar o aumento do âmbito e da área de actuação da EMEL, assegurando os investimentos previstos na política sectorial de mobilidade para a cidade e garantindo a sua sustentabilidade financeira a médio prazo.

Após apresentar as linhas gerais da Proposta o Vereador passou a palavra ao representante da administração da EMEL, o Vogal João Oliveira, para apresentação de alguns dados objectivos sobre a actividade da empresa.

Este começou por referir-se à situação no fim de 2015, que compreendia 52 mil lugares sob gestão na via pública e 4400 lugares em parques de estacionamento, o que, face aos 21 anos de existência da empresa dá uma média de 2500 novos lugares/ano na via pública.

Até ao final de 2017 por via da Deliberação n.º 236/AML/2016, prevê-se a expansão das áreas sob gestão da EMEL para um total de 82 mil lugares tarifados na via pública (+30 mil), e 11400 fora da via pública (+7000).

Prevê-se ainda para o fim do primeiro trimestre de 2017 a implementação da 1ª fase da rede pública de bicicletas partilhadas.

As acções previstas compreendem ainda a instalação dos meios mecânicos de mobilidade suave, de acesso à Colina do Castelo e à Graça, a construção de novos parques de

⁶ Rácios de Solvabilidade e de autonomia financeira.

⁷ estacionamento compreendido na via pública e em parques para o efeito.

5 12
estacionamento, dissuasores e para residentes, e a intervenção na requalificação do espaço público e operacionalidade dos "hubs" intermodais.

Referiu que o nível de crescimento por via das acções anteriormente apontadas obrigará ao reforço dos meios da empresa estando previsto um investimento total até 2021 de €85.000.000,00.

Para tal e tendo em atenção que o Município detém créditos num valor aproximado de 23.000.000,00, parte desse crédito será convertido em capital social.

Referiu que o resultado operacional será sempre positivo nos anos considerados (até 2021), não obstante os investimentos previstos e o facto de a zona mais rentável da cidade estar já tarifada pelo que o acréscimo de receita por essa via será reduzido.

Concluiu dizendo tratar-se de um ambicioso projecto de investimento na mobilidade da cidade, na perspectiva do serviço público e em rotura com as políticas anteriormente levadas a cabo pela empresa, após o que deu resposta a algumas perguntas concretas dos deputados municipais.

III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLITICAS

O PPD/PSD apresentou a seguinte posição Política:

A Proposta n.º 607/2016 a que se refere o presente Parecer, prevê a integração no capital social da EMEL, Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, de parte da remuneração que deverá auferir a Câmara Municipal de Lisboa pela actividade dessa Empresa e que esta tem acumulado sem a entregar ao seu accionista único.

Porém, já em 2011 a Câmara apresentou à Assembleia Municipal de Lisboa a Proposta n.º 624/2011 com finalidade similar, pretendendo aumentar o capital social dessa Empresa Municipal em € 10 040 000,00 integrando os créditos resultantes da compensação devida acumulados até 31DEZ10 e alterando em conformidade o então n.º 1 do Artigo 20.º o que tudo a Assembleia declinou aprovar.

Tendo em conta estar em pleno vigor a Deliberação n.º 2/AM/2007 que determinou que, para obstar aos resultados operacionais então negativos da EMEL, se adequou a remuneração devida à Câmara às condições reais de exploração através de uma compensação de 12,5% dos proveitos operacionais e outra variável com o escalão desses resultados, estão tais condições devidamente equilibradas, não podendo assim a Câmara, dispensar a remuneração do capital que investiu.

De novo propõe agora e no entanto a Câmara Municipal, a integração das verbas resultantes da remuneração devida e a alteração consequente do actual Art.º 21.º dos Estatutos da EMEL, pretendendo utilizar € 18 000 000,00 dos apx. € 23 000 000,00 devidos até à data por esta Empresa à Câmara, para aumentar o seu capital social de € 14 000 000,00 para € 32 000 000,00.

22 27
Z

Alega para o efeito que essa integração irá robustecer a estrutura da Empresa e a preparará para circunstâncias ora impostas na área do estacionamento e da mobilidade pedonal, o que não colhe, pois não se prevê nenhum reforço real da sua capacidade financeira, propondo-se antes uma mera operação contabilística, mas que irá frustrar a cidade de relevantes verbas que lhe são devidas e aplicáveis em acções sociais e gestionárias do Município.

Ao contrário do que se alega, a Proposta não tem portanto racionalidade económica, até porque os rácios da EMEL serão sempre considerados e em última análise, à luz da sua pertença exclusiva à Câmara Municipal de Lisboa.

Os grupos políticos municipais subscritores do presente parecer reservam para o plenário a expressão do seu sentido de voto.

VI. OPINIÃO DO RELATOR

O relator considera que a Proposta em apreço se revela fundamental relativamente à necessidade de ser garantido o equilíbrio financeiro da EMEL a médio prazo, face à ampliação da área geográfica e do seu âmbito de actuação, tendo em consideração que o acréscimo de atribuições não foi acompanhado em tempo com o respectivo aumento da capacidade financeira por parte do seu accionista único, o Município de Lisboa.

As novas orientações estratégicas estabelecidas para a empresa municipal de mobilidade, reflectem uma visão que, para além da gestão de estacionamento na via pública, compreende agora a desejável gestão integrada da mobilidade na cidade, no que se refere aos diversos meios de mobilidade, sejam de mobilidade suave - acessos mecânicos à Colina do Castelo, rede de bicicletas partilhadas, etc – seja em articulação com as intervenções previstas ao nível dos diversos “hubs” de transportes, o que contribuirá significativamente para a concretização de políticas de mobilidade sustentáveis, devidamente apoiadas numa correcta visão integrada dos diversos modos e meios de transporte.

V. CONCLUSÕES

A apreciação da proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa ao abrigo do disposto no artigo 75º do Regimento para a emissão de parecer.

Face ao anteriormente exposto, e cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, conclui-se que a proposta está em condições de ser votada em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.

VI. ANEXOS

O Deputado Municipal Relator considerou necessária a junção ao presente parecer dos seguintes anexos:

1. Estatutos da EMEL em vigor (última alteração em janeiro 2015);
2. Proposta n.º 607/CM/2016;
3. Anexo I da Proposta 607/CM/2016 – Estudo de Racionalidade Económica e Financeira;
4. Anexo II da Proposta 607/CM/2016 – Aditamento/alteração aos Estatutos em vigor;
5. Apresentação EMEL – aumento de capital.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes às Comissões.

Lisboa, 18 de Novembro de 2016.

O Deputado Relator



João Valente Pires

A Presidente da 1ª Comissão



Irene Lopes

 O Presidente da 8ª Comissão



João Pinheiro